

O que os prefeitos querem

Aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Estima-se que essa medida gere uma transferência adicional de **R\$ 1,4 bilhão**, anualmente, para as prefeituras

Parcelamento de débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aquisição de máquinas e equipamentos por parte das prefeituras

Transferência da cobrança da dívida ativa para instituições financeiras



Prefeitos cobram mais verbas e recebem apoio

No Plenário, senadores reivindicam atendimento ao pleito dos municípios, entre os quais aumento dos recursos do FPM

Prefeitos de todo o país se reúnem terça e quarta-feira no Auditório Petrônio Portella, do Senado. A mobilização, organizada pela Confederação Nacional dos

Municípios, tem um objetivo: reivindicar recursos, mais escassos com a decisão do governo de reduzir os repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Página 3

Contra vetos à LDO, comissão ameaça parar votações

Os vetos do presidente Lula a dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 causaram reação na Comissão Mista de Orçamento. Líderes opositores ameaçaram obstruir as votações até que o governo recue

nos vetos. Entre as medidas rejeitadas está a obrigatoriedade de incluir no Orçamento do próximo ano recursos para reajuste linear ao funcionalismo, com base na variação do PIB *per capita*. Outro veto suprimiu da LDO o mecanis-

mo que prevê o ressarcimento das isenções de ICMS a estados exportadores (a Lei Kandir desonerou de impostos estaduais produtos para exportação). Ao todo, o presidente fez 23 vetos à proposta aprovada pelo Congresso.

Página 7



ATIVIDADES Além de aprovar várias propostas, a Comissão de Justiça discutiu a exploração de florestas públicas

Comissão aprova projeto que protege portador de HIV

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que estabelece penas para quem discriminar portador de HIV ou doente de Aids. Um dos objetivos é impedir que escolas públicas ou privadas rejeitem alunos nessas condições. Além disso, o projeto prevê punição para quem negar emprego ao portador de HIV ou demi-

ti-lo por preconceito.

A comissão aprovou também proposta que autoriza a União a vender diretamente, sem licitação, os lotes em terrenos de sua propriedade, desde que os ocupantes sejam pessoas físicas. O autor do projeto, senador Paulo Octávio, disse que a iniciativa foi motivada pelo drama de mais de 500 mil pessoas em Brasília.

Página 8

Regulamento para profissão de segurança

Agente de segurança privada deve se submeter a cursos específicos e não pode ter antecedentes criminais. Projeto de lei que regulamenta essa profissão, com exigências e garantias para a categoria, foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça.

Página 8

CPI pode quebrar sigilo de ex-diretor dos Correios

A CPI dos Correios pode quebrar o sigilo de operações bancárias, ligações telefônicas, *e-mails* e dados fiscais de um ex-diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Trata-se de Maurício Madureira, que dirigia a área de operações. Acusado de envolvimento em irregularidades nas licitações da estatal para exploração

do correio aéreo noturno, Madureira depôs ontem na comissão e negou tudo. Não satisfeito com as respostas, o sub-relator de Contratos da CPI, deputado José Eduardo Cardozo, anunciou a intenção de pedir a quebra de sigilo dos dados do ex-diretor. A comissão decidiu ainda ouvir Maurício Marinho, ex-chefe de departamento da ECT.

Página 5



POLÊMICA Integrantes da CPI dos Correios debatem a condução dos trabalhos



PREJUÍZO Goellner diz que, com liquidação do banco, correntistas e investidores perderam seus recursos

Goellner quer explicações sobre o Banco Santos

Gilberto Goellner (PFL-MT) exigiu explicações do Banco Central (BC) e das empresas de auditoria responsáveis pela fiscalização das atividades do Banco Santos, cuja falência foi decretada no dia 20 de setembro, depois de dez meses de intervenção do BC. Para o senador, essas instituições tinham condições de perceber o desequilíbrio financeiro do banco.

– O rombo provocado com a liquidação do Banco Santos foi estimado em R\$ 2,2 bilhões, mas pode ultrapassar R\$ 3 bilhões. De um momento para outro, os correntistas e investidores viram seus recursos virarem pó – disse o senador, ao informar que os depósitos no banco só estão garantidos até o valor máximo de R\$ 20 mil.

Gilberto Goellner quer averiguar se a atuação do Banco Central e das empresas de auditoria e análise de risco foi correta ou se houve conivência. Para isso, ele sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos realize uma audiência pública com o objetivo de ouvir os envolvidos no caso. O parlamentar acrescentou que, se for necessário, poderá ser criada uma CPI para investigar a situação.

Serys anuncia programa pela igualdade de gênero

■ Senadora explica que iniciativa pioneira deve estimular igualdade entre homens e mulheres

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou o lançamento, ontem, do Programa Governamental Pró-Equidade de Gênero, que pretende estimular a igualdade entre homens e mulheres nas empresas públicas. O programa, de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)



INOVAÇÃO Serys avalia que programa pode colocar o Brasil em posição de destaque no mundo

e o Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem).

– Esse é um excelente programa implementado pela ministra Nilcéa Freire, que cria novas concepções na cultura organizacional no mundo do

trabalho – explicou a parlamentar, pedindo atenção especial de governos estaduais e dirigentes empresariais para o programa.

Serys Slhessarenko salientou que a iniciativa é pioneira e deve colocar o Brasil em posição de destaque em relação a outros países. A senadora acredita que as empresas que assumirem esse compromisso se tornarão “mais justas e participativas”.

– A empresa receberá assessoramento técnico e terá a possibilidade de participar das ações de capacitação da secretaria e da Escola de Administração Pública. As inscrições iniciam-se hoje [ontem] e vão até 4 de novembro – informou.



ESCOLHA Ideli Salvatti parabenizou a diretoria da Eletrosul por ter sido condecorada pela revista *IstoÉ Dinheiro*

Ideli: Eletrosul é a melhor empresa de energia do país

Ideli Salvatti (PT-SC) parabenizou a diretoria da Eletrosul, com sede em Santa Catarina, que foi eleita pela revista *IstoÉ Dinheiro* como a melhor empresa de energia elétrica do país. A Eletrosul ficou em primeiro lugar na soma de quatro quesitos de gestão: financeira, de recursos humanos, inovação e compromisso social e com o meio ambiente.

– É uma mostra da brilhante recuperação da empresa, que, em 1998, teve todo o seu parque gerador privatizado e passou a ser transmissora de energia. A competência do seu quadro de funcionários, aliada a uma nova visão de administração pública, permitiu sua recuperação.

Voto de pesar pela morte de Itálio Coelho

O Senado aprovou ontem requerimento de Ramez Tebet (PMDB-MS) solicitando voto de pesar pela morte do ex-senador Itálio Martins Coelho.

– Todos que tivemos o privilégio de privar da convivência e amizade desse grande brasileiro comungamos da profunda dor que a família sente neste momento – disse Tebet.

Entre os senadores que se associaram à homenagem, Roberto Saturnino (PT-RJ) manifestou admiração por Itálio Coelho, chamando-o de “afável, educado, sério e culto”. Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) afirmou que o ex-senador construiu uma história marcante em Mato Grosso do Sul.

Itálio faleceu aos 87 anos, em decorrência de pneumonia. Cumpriu o mandato de senador entre 1973 e 1979, após ter exercido o mandato de deputado estadual em Mato Grosso antes de sua divisão territorial. Seu irmão, Lúdio Coelho, também foi senador.

Agenda

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não-deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Ela se destina a pronunciamentos dos senadores. Na próxima semana,

os senadores retomam as votações. Deve entrar em pauta a MP do Bem, que busca diminuir a carga tributária sobre alguns setores.

Acordo contra o fumo em debate no Rio Grande do Sul

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se em Camaquã (RS) para discutir a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional de redução do fumo. O texto prevê a substituição da cultura do



fumo, um dos principais produtos cultivados no Sul do país. Entre os convidados da audiência estão o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e representantes dos ministérios da Saúde e da Agricultura.

Sucessão na Câmara

A Rádio Senado discute, na segunda-feira, às 12h, a disputa pela sucessão de Severino Cavalcanti (PP-PE) na Presidência da Câmara, tema do programa *Conexão Senado*. O novo presidente deve ser eleito na próxima quarta-feira.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes do Senado Federal. O serviço funciona 24 horas por dia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Prefeitos se mobilizam por mais recursos

■ Confederação Nacional dos Municípios anuncia evento nos dias 27 e 28 que reunirá mil prefeitos no Senado

Com o objetivo de pressionar o Congresso para aprovação de mais recursos para os municípios, prefeitos de todo o Brasil vão se reunir no Auditório Petrônio Portella, no Senado, nos dias 27 e 28 (terça e quarta-

feira). Aproximadamente mil prefeitos estarão presentes na mobilização, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que neste ano não foram votadas matérias de interesse dos municípios, o que acaba levando ao aumento das dificuldades e prejudicando a população.

Na lista de reivindicações dos prefeitos estão medidas que, segundo eles, devem ser

definidas no prazo máximo de 60 dias, para viabilizar os pagamentos das contas municipais de final do ano. Entre elas está o aumento de 22,5% para 23,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto na reforma tributária, que já tem o apoio do Congresso Nacional.

Os prefeitos querem também a aprovação imediata do parcelamento de débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), isenção do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI) para aquisição de máquinas e equipamentos pelas prefeituras, transferência da cobrança da dívida ativa para instituições financeiras, além da tramitação em regime de urgência da lei do Imposto Territorial Rural (ITR), que regulamenta o repasse de 100% da arrecadação para as prefeituras que assumirem a sua cobrança e fiscalização.

– Os municípios estão preparados para absolver essas mudanças e fazer bom uso

delas – afirmou o presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Para o parlamentar, é possível que o Senado consiga atender as demandas dos prefeitos, que deixaram de ser examinadas devido à crise política e aos trabalhos das comissões de inquérito.

– A Casa voltou a trabalhar normalmente e pode dar continuidade aos projetos em tramitação – concluiu.

Juvêncio defende o “não” no referendo

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) pediu aos eleitores que votem “não” no referendo que será realizado no dia 23 de outubro, quando será decidida a proibição ou não da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. Juvêncio disse que a população está sendo enganada pela propaganda do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e afirmou que a lei em vigor já proíbe o porte de arma de fogo.

Juvêncio explicou que a lei exige que o interessado em possuir arma de fogo apresente certidões que comprovem vida pregressa ilibada, além de laudo de exame psicotécnico e comprovante de curso de tiro que ateste sua capacidade de manusear uma arma. O senador observou que, mesmo cumprindo as exigências, o dono da arma não terá o direito de portá-la, sendo obrigado a mantê-la em casa.

– Esse desarmamento vai desarmar quem? O chefe de família que tem a arma devidamente registrada para proteger sua propriedade e seus familiares, e não o bandido que está nas ruas. O Estado está indefeso diante do crime organizado – frisou.



CRÍTICA Para Juvêncio, o desarmamento prejudicará chefes de família e não os bandidos



NECESSIDADE “Como os municípios vão suportar a redução de recursos?”, questiona Rodolpho Tourinho

Tourinho condena redução nos repasses do FPM

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou ontem decisão anunciada pelo governo de reduzir em 50% os recursos a serem repassados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Como é que os municípios, em situação de extrema necessidade, a grande maioria, vão poder suportar essa diferença? Os municípios, que já trabalham com poucos recursos, vão ter que lidar agora também com incompetência em informações: ninguém pode fazer uma programação e mudar decorridos 15 dias do período programado – protestou.

Tourinho informou ainda que a Confederação Nacional dos Municípios deverá promover uma manifestação em Brasília, na próxima semana, para reivindicar, entre outros itens, a aprovação na Câmara do projeto de reforma tributária – já aprovado no Senado – que aumenta em um ponto percentual o FPM. Ele ressaltou que a reforma permitirá também a unificação das alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, possibilitando a simplificação do processo de arrecadação do tributo.



REAÇÃO José Jorge anuncia que oito de cada dez prefeituras em PE fecharam as portas por dois dias

Corte de verba gera protesto em Pernambuco

Oito entre cada dez prefeituras de Pernambuco fecharam as portas, ontem e hoje, em protesto contra a redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) determinada pelo governo, anunciou o senador José Jorge (PFL-PE). O corte chega a 80% no repasse da segunda parcela do FPM de setembro.

A redução se deve a uma queda na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto de Renda, conforme explicação oficial. José Jorge lembra, no entanto, que a Receita Federal declarou há poucos dias um aumento nominal de 15,64% na arrecadação de impostos em agosto. Segundo observou, a Receita informou que o desempenho de agosto foi puxado pelo crescimento na arrecadação do Imposto de Renda.

– Então, uma dúvida paira no ar. Para onde está indo toda essa montanha de dinheiro? – interrogou.

O senador destacou que, como resultado, as prefeituras estão deixando de pagar as contas de luz, água, telefone e fornecedores municipais e que o pagamento do 13º salário dos servidores municipais já está ameaçado.



IMPACTO Redução de repasses estaria inviabilizando 80% das administrações locais, diz Garibaldi

Garibaldi apóia movimento das prefeituras

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) anunciou a vinda de cerca de mil prefeitos a Brasília, na próxima semana, para reivindicar a aprovação, pela Câmara, de proposta de emenda à Constituição (PEC) que aumenta o percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A aprovação da medida pode ampliar em R\$ 1,4 bilhão o volume de transferências da União para os municípios.

Garibaldi ressaltou que os municípios vêm contabilizando uma redução de até 38% nos repasses ao FPM, o que estaria inviabilizando a administração de 80% das prefeituras.

De acordo com o parlamentar, os prefeitos serão recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, na terça-feira, e, na quarta-feira, encontram-se com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Além de discutir o aumento na participação do FPM, observou, os prefeitos tentarão obter resultados para outros pleitos com Palocci.

Garibaldi informou que o encontro dos prefeitos em Brasília está sendo coordenado pela Subcomissão de Assuntos Municipais, que preside, e pela Associação Nacional dos Municípios.

Maranhão vê descaso com a pesquisa

O senador José Maranhão (PMDB-PB) condenou decisão dos ministérios da Fazenda e do Planejamento de reduzir em 60% os recursos destinados ao Fundo de Pesquisa de Ciência e Tecnologia.

– Enquanto, na Alemanha, o governo reserva 2,3% do produto interno bruto (PIB) para o setor e, nos EUA, 2,7%, o governo brasileiro se acha com o direito de olhar com desprezo para um setor que é fundamental para o desenvolvimento nacional – protestou.

Maranhão criticou ainda a autorização dada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao governo federal para que sejam investidos R\$ 3 bilhões em saneamento básico. Para ele, os investimentos em setores vitais para o país, como é o caso da área de saneamento, deveriam ser guiados exclusivamente por interesses nacionais.

Tratando do caso da queda dos preços internacionais da soja, o parlamentar apontou para a necessidade de o país buscar agregar valor aos seus produtos primários, a fim de não ficar submetido aos interesses das economias desenvolvidas.



REPROVAÇÃO Maranhão condena corte de 60% nos recursos do Fundo de Pesquisa em Tecnologia



Agressões verbais do deputado petista Eduardo Valverde à senadora Heloísa Helena são duramente criticadas em Plenário; Ana Júlia aponta inverdades no depoimento do banqueiro Daniel Dantas; Bornhausen registra documento do PFL criticando o governo

Bornhausen lê nota do PFL: "A crise é Lula"

Em resposta à resolução da Executiva do PT, divulgada na última segunda-feira, que atribuiu à oposição "um festival denunciador", o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), leu nota do seu partido, intitulada "A Crise é Lula". O documento afirma que a linha adotada pela oposição é "responsável e fiscalizadora".

– O PFL recusa qualquer responsabilidade pela crise do governo, gerada e desenvolvida pela geléia ideológica do PT e pela irresponsabilidade e falta de ética de seus dirigentes. O PFL recusa declarações que atribuem a decadência política do governo ora a uma conspiração das elites, ora a um inexistente conflito esquerda-direita, ora a uma onda revolucionária.

Bornhausen disse que o seu partido apóia e estimula a ação das CPIs e repele versões que confundem investigações com atos de conspiração.

Ideli nega ter dossiê contra ex-ministro

A senadora Ideli Salvatti (SC) negou ontem, em Plenário, que tenha recebido qualquer dossiê contendo informações acerca de possíveis transações ilícitas envolvendo Pimenta da Veiga – ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso –, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e empresários do setor de informática.

Tal dossiê teria sido repassado ontem à senadora por Delcídio Amaral (PT-MS), que estaria em um hotel de luxo na cidade de São Paulo recebendo as denúncias, conforme divulgou um *blog* jornalístico da Internet.

– O senador Delcídio efetivamente está em São Paulo, fazendo a gravação de um programa nacional. Mas desminto oficialmente que eu tenha recebido os documentos citados pelo *blog* – reiterou.



APOIO Alvaro Dias e Mesquita Júnior, entre outros parlamentares, manifestam solidariedade a Heloísa Helena



Senadores repudiam agressão a Heloísa Helena

Diversos senadores condenaram ontem as agressões verbais dirigidas à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO), em reunião das CPIs dos Correios e do Mensalão, realizada na quarta-feira.

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o que chamou de "espetáculo de imaturidade política" protagonizado pelo deputado.

– É fundamental que uma comissão parlamentar de inquérito adquira credibilidade e a sustente para alcançar os objetivos definidos. A imagem do Congresso está no chão e a tarefa de recuperar a credibilidade da instituição é essencial.

Alvaro considerou as agressões despropositadas e disse que elas demonstram a mediocridade política e a agressão gratuita à mulher, numa tenta-

tiva de fazê-la calar.

– Além de atingir uma parlamentar que defende suas idéias com patriotismo, atinge a mulher representada pela senadora – destacou.

O senador citou trechos dos poemas Cora Coralina e Manuel Bandeira que, segundo ele, traduzem o sentimento dos amigos e admiradores de Heloísa Helena.

Em nome da liderança do PSOL, Geraldo Mesquita Júnior (AC) manifestou solidariedade a Heloísa Helena.

Na avaliação de Mesquita Júnior, a luta contra a corrupção travada pela senadora nas CPIs é que tem gerado essas reações violentas, com o claro intuito de intimidá-la. O senador assinalou que o deputado petista correu "um sério risco de sair machucado e chamuscado"

Heráclito exige depoimento de Gustavo Marin

Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou ontem contra supostas tentativas do presidente do Citigroup do Brasil, Gustavo Marin, de evitar ou, pelo menos, adiar seu depoimento à CPI do Mensalão. A justificativa para a ausência seria uma viagem na data marcada pela comissão.

– Ele está movendo céus e terras para não vir ao Congresso. E usa para isso vários subterfúgios, pressionando bancos que têm ligações com ele, pressionando o governo, por se julgar o maior credor do Brasil – afirmou.

Para Heráclito, Marin pre-



SUBTERFÚGIO Heráclito afirma que banqueiro "está movendo céus e terras para não vir ao Congresso"

cisa esclarecer a negociação de venda, para os fundos de pensão Petros, Funcef e Previ, de lotes de ações que possuía da Brasil Telecom por um va-



Ana Júlia diz que Daniel Dantas mentiu

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) acusou o presidente do Grupo Opportunity, Daniel Dantas, de ter mentido no depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão. Ela acrescentou que o banqueiro pediu o fim da reunião alegando que "passava mal" por saber que, em sua reinscrição, a senadora iria desmenti-lo.

Segundo Ana Júlia, é mentira de Dantas a afirmação de que os fundos de pensão tinham garantido o direito de vender suas ações em conjunto com os outros fundos administrados pelo Opportunity, que controlavam diversas empresas, entre as quais a Brasil Telecom, a Telemig Celular e a Amazônia Celular. Ele também teria mentido quando argumentou que os fundos só perderam esse direito após a destituição do Opportunity.

– O senhor Daniel Dantas esqueceu-se de dizer que os fundos, na verdade, não têm ações da Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular, mas sim de empresas de papel que cumprem a única função de controlar essas empresas.

A senadora frisou que, em 1997, Dantas criou dois fundos para participar das privatizações do sistema Telebrás: o CVC Opportunity estrangeiro, com dinheiro do Citibank, e o CVC Opportunity nacional, com recursos dos fundos de pensão, liderados pela Previ. No ano seguinte, o Opportunity se associou com a Telecom Itália e comprou o controle da Brasil Telecom. No leilão de celulares, associou-se com a canadense TIW e adquiriu a Telemig.

lor mais de três vezes acima do mercado. Os presidentes desses fundos já depuseram na CPI e suas explicações sobre a operação não convenceram os parlamentares, comentou o pefelista. Como há suspeita de que a transação tenha trazido prejuízos aos cofres públicos, Heráclito defende uma acareação entre Marin e os presidentes da Petros, Funcef e Previ.

O senador disse que não se importa com acusações do PT e da imprensa, ligando-o a banqueiros. Assegurou que seu compromisso é com seu mandato e o seu estado.



CONTRADIÇÕES Segundo Ana Júlia, banqueiro alegou problema de saúde para não ser desmentido



Sub-relator admite a possibilidade de a comissão de inquérito quebrar os sigilos do ex-diretor de Operações dos Correios. O ex-chefe Maurício Marinho presta novo depoimento. A acareação entre os acusados na CPI dos Bingos foi adiada para outubro



PREVISÃO Antonio Carlos enfatiza que ou o governo muda "ou vai perder o resto do pouco que tem"

ACM diz que impeachment virá com eleições

Ao comentar a queda de popularidade do presidente Lula, indicada pela pesquisa CNI/Ibope, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o PT não pode fugir da realidade. A pesquisa mostra que Lula já perdeu metade dos 52 milhões de votos que recebeu, observou o senador, acrescentando que as eleições vão fazer o *impeachment* do presidente. Antonio Carlos congratulou-se com o povo pela queda de popularidade do presidente e afirmou que "ou o governo muda ou vai perder o resto do pouco que tem".

Segundo ele, Lula não é o autor das irregularidades, "mas é o responsável e não vem respondendo às questões colocadas pela nação sobre o envolvimento do PT nas denúncias de corrupção". Em sua análise, lembrou que a maior parte dos jornais colocaram a popularidade do presidente como estável, ao contrário de *O Estado de S. Paulo*, "que apontou, corretamente", o desprestígio crescente de Lula.

O senador elogiou o Supremo Tribunal Federal pela homenagem que prestou ontem ao centenário de nascimento do ministro baiano Aliomar Baleeiro.

CPI pode quebrar sigilos de ex-diretor dos Correios

O ex-diretor de Operações dos Correios Maurício Madureira poderá ter seus sigilos bancário, fiscal e telemático (para telefonemas e *e-mails*) quebrados. A possibilidade foi anunciada ontem pelo deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, durante depoimento de Madureira.

O ex-diretor é acusado de envolvimento em irregularidades nas licitações da estatal para exploração do correio aéreo noturno. Durante a audiência, entretanto, afirmou não ter conhecimento de qualquer atividade ilícita praticada na instituição. Negou que Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, tivesse qualquer influência sobre a Diretoria de Operações.

Uma das perguntas que Cardozo fez a Madureira se referia



AUDIÊNCIA O vice-presidente da comissão, Asdrúbal Bentes (E), ouve depoimento do ex-diretor de Operações dos Correios Maurício Madureira

aos reajustes das tarifas cobradas pela Skymaster, empresa contratada pela estatal para prestar serviços de correio aéreo noturno. O deputado quis saber por que, em 2004, o ex-diretor concedeu reajustes à empresa em duas ocasiões, elevando os preços acertados em pregão realizado em 2003. Madureira respondeu que os aumentos foram dados em resposta a um pleito de reequilí-

brio econômico-financeiro "de algumas empresas", incluindo a Skymaster, e justificavam-se pelas elevações do preço do querosene usado na aviação.

Cardozo reconheceu que o reequilíbrio econômico-financeiro é um direito assegurado pela Lei de Licitações e pela Constituição, mas considerou estranho que "apenas algumas empresas" tenham feito o pedido de reajuste.

Marcado novo depoimento de Maurício Marinho

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, em rápida reunião administrativa, aprovou ontem a agenda da próxima semana. Na quarta-feira, o plenário da CPI ouve novamente o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho. Antes do depoimento, haverá reunião administrativa extraordinária, às 9h.

Na terça-feira, a sub-relatoria que investiga as agências de publicidade DNA e SMP&B e as fontes financeiras irá ouvir o sócio de Marcos Valério Fernandes de Souza, Rogério Tolentino, e o procurador da

Fazenda Glênio Guedes. Há suspeitas de que Guedes negociava favorecimentos em seus pareceres a processos em troca de dinheiro, recebendo os valores de Marcos Valério.

Já a Sub-Relatoria de Contratos vai ouvir Ioannis Amerssonis, Michel Abud Atiê Júnior e Antônio Augusto Leite Filho, representantes da Beta, empresa de transporte aéreo de cargas. Ambas as reuniões começam às 14h.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), justificou a definição da agenda com esses depoimentos, informando que as audiências servirão para esclarecer de-

talhes que ainda faltam para a conclusão da análise de alguns contratos dos Correios. Como exemplo, o parlamentar citou contratos relacionados ao transporte aéreo noturno e a agências franqueadas. Após essa etapa, segundo o relator, a comissão deverá focar as investigações nos fundos de pensão e no IRB Brasil-Resseguros.

– Precisamos focar no que possa apresentar resultados rápidos, no que está pendente por pouca coisa – explicou Osmar Serraglio.

Nenhum requerimento foi aprovado porque não houve quórum na reunião de ontem da comissão.

Agripino pede ao governo bons projetos

Ao manifestar sua preocupação com o que chamou de estagnação econômica do Brasil, o senador José Agripino (PFL-RN) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que envie ao Congresso projetos importantes, como o da reforma trabalhista.

– Cadê as reformas estruturais? Cadê a reforma tributária? Os municípios estão padecendo e estamos sendo governados por um governo incapaz de fazer costuras políticas e administrar. Mova-se, governo Lula, e governe. Estamos dispostos a ajudar, estamos aqui para debater, discutir e votar, mas o governo tem que fazer a sua parte – cobrou.

Agripino citou previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o crescimento econômico de alguns países em 2006, o qual prevê para o Brasil uma das piores taxas de crescimento – apenas 3,3% – na comparação com seus vizinhos latino-americanos e com outras economias emergentes, tais como Índia e Rússia. Agripino creditou essa estimativa à crise política e às altas taxas de juros.

As observações do pefelista foram endossadas pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).



PARALISIA Agripino diz que governo é incapaz de fazer costuras políticas e administrar o país

Acareação de envolvidos é adiada para outubro

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos decidiu adiar para a primeira semana de outubro a acareação entre Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Rogério Tadeu Buratti, Enrico Gianelli e Marcelo Rovai, marcada inicialmente para a próxima terça-feira. O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim

Morais (PFL-PB), autorizou o adiamento da acareação depois que a assessoria técnica pediu prazo maior para analisar a documentação que se encontra na secretaria da comissão.

Na terça-feira, o colegiado colhe depoimento do superintendente do Serpro, Donizete de Carvalho

Rosa, e do ex-gerente financeiro da Vilimpres, Indústria e Comércio Gráficos, Luciano Maglia. Essa empresa teria prestado serviços para o PT na campanha eleitoral de 2002.

Na quarta-feira, será a vez do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), advogado indicado pelo partido para acompanhar o inqué-

rito sobre o assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André (SP). Na quinta-feira, a CPI ouve o presidente da CEF, Jorge Mattoso, e Hécio Cambraia Júnior, que teria recebido dinheiro da MM Consultoria Jurídica e Administrativa – empresa que também recebia dinheiro da Gtech.

STF mantém cassação do mandato de Capiberibe

■ Supremo arquiva recurso contra decisão do TSE que condenara ele e a mulher à perda dos mandatos eletivos

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem arquivar o recurso extraordinário interposto contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou os mandatos do senador João Capiberibe e de sua esposa, deputada federal Janete Capiberibe, ambos do PSB do Amapá, por compra de votos.

Capiberibe e sua mulher foram acusados pelo PMDB do Amapá de pagar R\$ 26 pelo voto de dois eleitores em 2002. Os parlamentares continuavam em seus cargos devido a uma liminar concedida pelo STF, que perde sua validade com a



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DEFESA João Capiberibe alega que testemunhas que denunciaram compra de votos foram aliciadas

decisão tomada ontem.

O objetivo do recurso junto ao STF foi mostrar que teria havido, no processo do TSE, violação à Constituição federal, uma vez que o casal teria sido condenado baseando-se em “prova equívoca, incerta e duvidosa”, apresentada por adversários políticos. A defesa alegou que as testemunhas responsáveis pela suposta com-

provação da denúncia teriam sido aliciadas.

A acusação, no entanto, argumentou que a quantia mencionada teria sido paga a um número de pessoas muito superior aos eleitores arrolados no processo. Além do mais, os advogados afirmam que, apesar de ter declarado à Justiça Eleitoral que gastou R\$ 28 mil em sua campanha de 2002, Capiberibe teria gasto, pelo menos, R\$ 116 mil.

João Alberto Rodrigues Capiberibe, 53 anos, é formado em Engenharia Agrícola pela Universidade do Chile e foi governador do Amapá de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002, quando se elegeu para o Senado.

Natural de Afuá, no Pará, mudou-se com os pais para o Amapá ainda criança. Em 1970, foi preso juntamente com Janete. Exilado político, viveu no Chile, no Canadá e na África, onde permaneceu até a anistia.

Borges vincula transposição à tentativa de reeleger Lula

Ao classificar a defesa que o governo federal faz da transposição do rio São Francisco como um discurso populista e eleitoreiro, o senador César Borges (PFL-BA) disse que a real intenção da realização da obra é criar um novo duto para financiar a campanha eleitoral do próximo ano. Ele também rebateu vários pontos de artigo assinado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, publicado na edição de terça-feira do jornal *Folha de S. Paulo*.

Na avaliação do senador, o ministro tenta confundir a opinião pública com argumentos falsos e falaciosos. Borges infor-

mou que até o Banco Mundial considera que há alternativas mais baratas para garantir segurança hídrica no Nordeste Setentrional. O parlamentar afirmou que, em relatório entregue ao governo federal, a instituição sugeriu que, em vez de gastar R\$ 4,5 bilhões na transposição, o dinheiro seja aplicado em pequenas e médias adutoras, sistemas de distribuição de água e na melhora das companhias de saneamento básico.

– Fica a pergunta. Por que o governo insiste em gastar os escassos recursos públicos numa transposição tão cara e de viabilidade econômica duvidosa?



SOLUÇÃO César Borges afirma que há alternativas mais baratas para levar água ao Nordeste Setentrional

A quem efetivamente interessa a concretização desse projeto? Talvez aos empreiteiros ou à campanha de reeleição do presidente Lula, ou a ambos.

Em apartes, Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a transposição. E Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu aumento de 1% nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

tas. São assuntos complexos e ainda há muita pergunta sem resposta – observou.

Sibá Machado acha que o Congresso não pode perder a oportunidade de fazer as reformas, mas teme que boas idéias possam ser implantadas pela metade ou de forma a inviabilizar o aprimoramento político-eleitoral. Receia ainda que, por não haver uma discussão mais profunda, os parlamentares acabem por derrubar as boas idéias.



POLÊMICA Sibá Machado acha que financiamento público e listas fechadas podem ficar para depois

com rapidez pontos como o financiamento público de campanha e a votação em lis-

Sibá quer votar o que é consenso na reforma

Sibá Machado (PT-AC) sugeriu que se agilize apenas a votação dos pontos consensuais da reforma eleitoral. Citou, como exemplos, a redução do tempo de propaganda eleitoral e dos custos de campanha.

– Concordo que talvez não seja interessante tentar votar



AValiação Para Mão Santa, governo Lula tornou os ricos mais ricos e os pobres mais pobres

Mão Santa critica persistência de desigualdade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo Lula por não haver reduzido a desigualdade no país. Ele citou estudo do Banco Mundial que teria concedido ao Brasil mais um

destaque negativo, classificando-o como um dos mais desiguais do mundo e o “campeão absoluto” na América Latina. Para piorar o quadro, a avaliação teria concluído não existirem perspectivas de mudança.

– O economista brasileiro Francisco Ferreira, um dos principais autores do estudo, disse que o Estado brasileiro é muito bom em taxar as pessoas e distribuir o dinheiro somente entre os mais ricos. Esse governo Lula tornou os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o relatório do Banco Mundial diz respeito ao índice de desigualdade pesquisado em 2001, na gestão Fernando Henrique. Segundo ele, a pesquisa de 2003 apontou uma leve melhoria no índice.

Mozarildo quer mudar Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ter enviado ofício ao presidente Lula, nessa quarta-feira, sugerindo alterações no decreto do Executivo que demarcou, em 15 de abril deste ano, a reserva indígena Raposa Serra do Sol. No documento, ele pede a exclusão da área demarcada das vilas do Mutum, Socó, Água Fria e Pereira (Surumum) e das atuais propriedades produtoras de arroz com limites totais de 30 mil hectares.

– O decreto já baixado pode ser convalidado com o acréscimo dessas pequenas coisas. Mande o ofício por dever de consciência como represen-



OFÍCIO Mozarildo sugere a Lula que vilas sejam excluídas da área de reserva indígena em Roraima

tante de Roraima, mas não confio mais no presidente Lula. Espero, pelo menos, ser respondido.

Mozarildo ressaltou que sua intenção é harmonizar os direitos dos índios e das comunidades não-indígenas em seu estado. E afirmou que o decreto presidencial contrariou relatórios apresentados por comissões externas das duas Casas do Congresso.

Suassuna: poço de petróleo na PB

Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou a descoberta de um novo poço de petróleo no município de Souza, na Paraíba.

De acordo com o senador, essa é a segunda perfuração com sucesso na região. O primeiro poço, informou, tem capacidade de produção estimada em 15 mil barris por dia.

Suassuna disse que a Paraíba, que forma um bloco petrolífero com Pernambuco, aguarda a conclusão de pesquisas do Ministério de Minas e Energia para que a área a ser explorada seja licitada.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a Mesa, cumprimentaram Suassuna e o povo da Paraíba pela boa notícia.

Ribamar: Maranhão valoriza cultura

Ribamar Fiquene (PMDB-MA) aplaudiu a iniciativa do governador em exercício do Maranhão, Jucelino de Faria Filho, de editar decreto que irá garantir a realização da 1ª Conferência Estadual de Cultura, no dia 30 de novembro.

– Se não fosse sua sensibilidade e compreensão do que a cultura representa para o Maranhão, correríamos o risco de não participar da Conferência Nacional de Cultura, a ser realizada em Brasília, no dia 13 de dezembro, além de o estado ficar fora dos financiamentos do Programa Nacional de Incentivo e Valorização à Cultura – salientou.

O senador disse que a cultura distingue o homem dos demais seres, impondo um código de ética, etiqueta e de convívio.

Jane Araújo



DESIGUALDADE Presidente da CDR, Tasso Jereissati (C) aponta injustiça na distribuição de recursos para habitação no Brasil, durante audiência pública

Especialistas pedem subsídio para habitação no Nordeste

A criação de subsídios para diminuir o déficit habitacional nos estados do Nordeste e Norte foi um tema recorrente na audiência realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O debate teve como objetivo discutir as distorções na aplicação de recursos da poupança em financiamentos habitacionais.

Para o presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), enquanto o Sudeste fica com 81,04% dos recursos, o Sul tem 11,39%, o Nordeste, 4,33%, o Centro-Oeste, 2,17%, e o Norte, apenas 1% do total, o que, observou, é uma injustiça.

Foram ouvidos diretores dos sindicatos da indústria da construção do Ceará e de Pernambuco, além de representante do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), as distorções são parte da má distribuição de renda. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu um "subsídio real para casas populares". João Batista Motta (PSDB-ES) e José Maranhão (PMDB-PB) manifestaram preocupação com as desigualdades no setor.

Relações Exteriores aprova indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem mensagem presidencial com a indicação do diplomata Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador na Rússia, a representação do governo brasileiro junto às repúblicas do Turcomenistão e do Uzbequistão. Também foi aprovada a indicação do diplomata José Vicente de Sá Pimentel para a embaixada no Reino do Nepal, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Índia. As mensagens serão submetidas ao Plenário.

A CRE aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de Marcelo Crivella (PL-RJ) que estabelece a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel, a ser comemorado anualmente em 29 de novembro (PLS 56/05). A comissão também apresentou parecer favorável ao projeto que aprova o texto complementar a acordo de cooperação entre o Brasil e a China. O acordo prevê aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para a continuidade do desenvolvimento conjunto de satélites de recursos terrestres (PDS 356/05).

J. Freitas



DECISÕES Agripino (E) e Azeredo conduzem trabalhos da CRE, em reunião que também aprovou a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel

Obstrução na CMO em reação a vetos de Lula

■ Oposição reclama que mudanças vetadas na LDO haviam sido negociadas com relator, vice-líder do governo

Líderes da oposição anunciaram ontem a disposição de obstruir as votações na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em reação a vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Em duros pronunciamentos na reunião do colegiado, os parlamentares deixaram claro que só vão desbloquear a pauta quando o governo voltar atrás nos vetos.

A LDO foi sancionada na quarta-feira pelo presidente Lula, com 23 vetos a modificações feitas pelo Congresso. Entre as medidas rejeitadas está a obrigatoriedade de incluir no

Orçamento do próximo ano recursos para um reajuste linear ao funcionalismo, com base na variação do PIB *per capita*.

Foi também suprimido da LDO – que serve de parâmetro para a elaboração do Orçamento – mecanismo que prevê o ressarcimento das isenções de ICMS a estados exportadores. A proposta orçamentária não trouxe previsão de recursos para compensar os estados, conforme estabelece a chamada Lei Kandir.

Na revisão da proposta, caberia ao Legislativo identificar cerca de R\$ 3,7 bilhões necessários ao suprimento da despesa com a Lei Kandir e, assim, atender à previsível pressão dos governadores. Porém, com o veto ao dispositivo, será impossível fazer a inclusão da despesa, a não ser que o governo volte atrás ou a medida seja derrubada pelo Congresso.

Os representantes partidários

ficaram ainda mais irritados porque a maior parte das alterações introduzidas na LDO foi intensamente negociada com o relator da matéria, o deputado Gilmar Machado (PT-MG), também vice-líder do governo na Câmara. Durante a reunião, ele argumentou que alguns vetos já eram esperados, por se tratar de alterações que nunca contaram com aval do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Admitiu, contudo, que os oposicionistas estavam parcialmente com razão e prometeu cobrar do governo uma solução para o impasse.

Mesmo com as reclamações, a oposição concordou em votar relatórios do Tribunal de Contas da União e também aprovou o PL 29/05-CN, que amplia para R\$ 160,2 milhões a previsão de gastos constante do Plano Plurianual 2004-2007 para ações de modernização da gestão pública nos estados.



DEBATE Representantes de conselhos profissionais e do MEC, em audiência na CAS, presidida por Augusto Botelho (C)

Obrigações de exame de suficiência divide opiniões

A exigência de aprovação em exame de suficiência dos concluintes de curso superior como pré-requisito ao exercício profissional foi tema de audiência realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Autores do requerimento de audiência, Flávio Arns (PT-PR) e Patrícia Saboya (sem partido-CE) acreditam que os profissionais formados pelas universidades brasileiras são competentes para atender às demandas da sociedade. O que se deve buscar, na opinião de Arns, são alternativas para evitar a formação de quadros desqualificados.

O secretário substituto do Ministério da Educação (MEC), Godofredo de Oliveira, explicou

que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define que as universidades teriam a responsabilidade de formar profissionais com a competência declarada pelo diploma. Quanto aos conselhos, teriam a missão de fiscalizar, e o controle de qualidade dos cursos ficaria a cargo do MEC.

De acordo com o presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no DF, Paulo Thompson Flores, o exame de suficiência restringe a entrada de profissionais desqualificados no mercado. O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martonio Coelho, e o representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Benedito

Dias de Oliveira Filho, também defenderam a aplicação desse tipo de exame.

Já para o presidente do Conselho Federal de Medicina, Alceu José Peixoto Pimentel, a avaliação pontual não reflete a qualidade do aluno. Também o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Wilson Lang, questionou a validade do exame.

A CAS convocou a audiência para instruir a votação do PLS 156/04, do senador Tião Viana (PT-AC), que propõe exame de certificação como pré-requisito ao exercício da profissão de médico-veterinário; e do PLC 39/05, que altera exigências para o exercício profissional da contabilidade.

Célio Azeredo



OFENSIVA Proposta relatada por José Maranhão combate "nova forma de estelionato" em contratos

Projeto livra consumidor de dívida de empresa

Os senadores da Comissão de Justiça acolheram parecer de José Maranhão (PMDB-PB), com emenda, favorável a projeto que torna nula cláusula de contrato de fornecimento de bens ou serviços que obrigue o consumidor a se tornar sócio de sociedade empresária ou sócio ostensivo de sociedade em conta de participação.

No parecer, José Maranhão destaca que a proposta (PLC 10/05) visa reprimir nova forma de estelionato, que se caracterizaria pela oferta de bens, direitos ou serviços com vantagens exageradas. "A vulnerabilidade do consumidor em tal hipótese é evidente, porquanto poderá ser responsabilizado pelas dívidas da sociedade", adverte o parlamentar.

Pedido de vista adia decisão sobre florestas

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), concedeu na reunião de ontem, a Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), vista até a próxima quarta-feira do projeto que regulamenta a gestão da exploração de florestas públicas. Como tramita em regime de urgência, a proposta tem que ser votada em Plenário até 1º de outubro.

O pedido de vista foi feito no momento em que o relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apresentava parecer com substitutivo ao texto original. O projeto já havia sido aprovado, na quarta-feira, pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Discriminar portador de HIV pode se tornar crime

■ Aprovada em caráter terminativo pela CCJ, proposta prevê pena de detenção de um a quatro anos

Projeto de lei que define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV e ao doente de Aids foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Acolhida em caráter terminativo, a matéria, de autoria da senadora Serys



Shlessarenko (PT-MT), recebeu substitutivo do relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A proposta (PLS 51/03) estabelece pena de detenção de

um a quatro anos, e multa, para quem recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno o portador de HIV em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

Incorre na mesma pena quem negar emprego ou trabalho, exonerar ou demitir de cargo ou emprego, segregar no ambiente de trabalho ou escolar, recusar ou retardar atendimento de saúde e divulgar a condição de portador do HIV ou de doente de Aids com o intuito de ofender-lhe a dignidade.



SAÍDA Iniciativa de Paulo Octávio soluciona situação de moradores de condomínios irregulares no DF

Aprovada venda direta a ocupante de lote da União

Os lotes em terrenos da União poderão ser vendidos diretamente, sem licitação, aos seus ocupantes, desde que sejam pessoas físicas. A medida recebeu ontem aprovação, em decisão terminativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O autor, senador Paulo Octávio (PFL-DF), afirmou que sua proposta foi motivada pelo "drama compartilhado" por mais de 500 mil pessoas no Distrito Federal, que moram em condomínios irregulares e há tempos convivem com a "ameaça de serem despejadas de suas residências".

Paulo Octávio sustenta que o próprio poder público será beneficiado com a medida, já que, com a venda dos terrenos e conseqüente regularização dessas áreas, o governo vai passar a arrecadar impostos e convertê-los em melhorias para as cidades.

Pela proposta (PLS 294/03), cada ocupante poderá adquirir um único lote. O pagamento deverá ser parcelado, com uma entrada de 10% do valor da avaliação do terreno e o restante em até 120 prestações. Além disso, o adquirente do terreno fica proibido de vendê-lo ou cedê-lo pelo prazo de cinco anos, sob pena de perdê-lo.

Em seu parecer, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assinala que o poder público também tem que fazer esforços para que sua propriedade cumpra verdadeira função social, atendendo aos anseios da coletividade.

Com a aprovação da proposta, o relator da matéria considerou prejudicado projeto de lei (259/03) de iniciativa do senador Valmir Amaral (PP-DF) e do então senador Eurípedes Camargo que tratava de assunto similar.



DISCUSSÃO Projetos sobre florestas públicas e discriminação a doentes de Aids movimentaram debate na CCJ

Regulamentação da atividade de segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que regulamenta a profissão de agente de segurança privada, estabelecendo para a categoria piso salarial, jornada de trabalho compatível com a função e fornecimento de equipamento de proteção, entre outros benefícios. De acordo com a proposta, para exercer a profissão o segurança não pode possuir antecedentes criminais. Além disso, deverá ser aprovado em curso oficial de formação específica e em exames físico e psicológico.

Para o relator do projeto (PLC 48/03), senador Marcelo Crivella (PL-RJ), a matéria preenche uma lacuna na legislação brasileira.

– O projeto estabelece normas apropriadas, com o intuito

não só de garantir maior segurança para o agente de segurança privada, mas também a melhoria de seus serviços. Ressalte-se que a proposição traz ainda avanços, quando introduz na legislação uma precisa definição dos deveres, dos direitos e das garantias desses profissionais – afirmou Crivella.

O projeto define como agente de segurança privada o trabalhador da iniciativa particular devidamente preparado e autorizado a desenvolver atividades de segurança privada, vigilância, proteção, fiscalização e controle para garantir a incolumidade das pessoas e a inviolabilidade do patrimônio público ou privado.

A proposta recebeu elogios dos senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Romeu Tu-

ma (PFL-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Aloizio Mercadante (PT-SP) também considerou boa a iniciativa, e lembrou que sua aprovação, ontem, só foi possível porque a questão das cooperativas de segurança privada será discutida em um outro projeto que regulamenta as empresas do setor, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

– O projeto aprovado hoje é importante porque disciplina a área, não permitindo a criação de empresas-fantasma. Mas para que ele fosse aprovado fizemos um acordo para que a questão das cooperativas seja discutida no projeto do senador Tasso Jereissati – frisou Mercadante. A proposta segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais.